

Diário do Legislativo de 16/04/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - LEIS

2 - ATA

2.1 - 7ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Comemorar o Centenário de Nascimento de Dom Helder Câmara

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

LEIS

LEI Nº 18.085, DE 15 DE ABRIL DE 2009

Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei estabelece a Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, com fundamento no disposto no inciso VI do art. 23 da Constituição da República e no inciso VI do art. 11 da Constituição do Estado.

Art. 2º - A Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental tem por objetivo estimular a criação e o desenvolvimento, nos Municípios, da infra-estrutura administrativa, de pessoal e de serviços necessária à gestão ambiental.

Art. 3º - Para fins do disposto nesta lei, gestão ambiental compreende:

I - o estabelecimento de legislação ambiental municipal;

II - o exercício do poder de polícia administrativo-ambiental;

III - a criação e a estruturação de órgãos e entidades municipais;

IV - o monitoramento e a fiscalização de empreendimentos e atividades potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente;

V - a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

VI - a capacitação de agentes públicos;

VII - a recuperação de áreas degradadas;

VIII - a educação ambiental;

IX - o planejamento, a implantação e a execução de atividades, projetos e obras que visem à preservação, à recuperação e à melhoria do meio ambiente.

Art. 4º - Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, incumbe ao Estado:

I - oferecer cursos de capacitação a agentes públicos municipais;

II - (Vetado);

III - (Vetado);

IV - (Vetado);

V - auxiliar na criação e na implantação de órgãos e entidades encarregados da gestão ambiental, com prioridade para a instituição de conselhos municipais de meio ambiente;

VI - consignar, na legislação orçamentária, recursos financeiros para o custeio de programas, projetos e obras voltados para os objetivos previstos nesta lei;

VII - promover ciclos de debates, fóruns técnicos, seminários, entre outros eventos, com o objetivo de otimizar as ações desenvolvidas nos três níveis de governo em prol da qualidade ambiental;

VIII - prestar auxílio técnico nos serviços e nas atividades de gestão ambiental estabelecidos no art. 3º desta lei.

Parágrafo único - Serão atendidos prioritariamente Municípios de escassas condições de desenvolvimento socioeconômico e com população inferior a trinta mil habitantes, nos termos do "caput" do art. 183 da Constituição do Estado.

Art. 5º - São instrumentos da Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental:

I - o cadastramento de Municípios interessados, obedecida a ordem cronológica e observado o disposto no parágrafo único do art. 4º;

II - o credenciamento para o exercício de atividades delegadas;

III - a avaliação de desempenho;

IV - o cumprimento de metas estabelecidas;

V - o relatório de atividades;

VI - o repasse de recursos;

VII - a cessão de agentes públicos;

VIII - a doação ou a cessão de bens públicos;

IX - a premiação pecuniária ou de reconhecimento pela excelência dos serviços municipais de gestão ambiental;

X - os planos, programas e projetos instituídos pelo poder público;

XI - a cooperação técnica e financeira para o desenvolvimento de atividades, projetos e obras que visem à preservação, à recuperação e à melhoria do meio ambiente.

Art. 6º - A coordenação da Política Estadual de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental será exercida pelo Estado, em um único nível de direção, admitida a participação municipal na formulação de planos, projetos e programas para a implementação dos objetivos previstos nesta lei.

Art. 7º - O descumprimento das condições estabelecidas pelo Estado no âmbito da política de que trata esta lei acarretará as seguintes penalidades para o Município:

I - suspensão, parcial ou total, do credenciamento, até que se corrija a irregularidade verificada;

II - retomada de bens cedidos;

III - retenção de recursos a serem repassados, até a correção das irregularidades;

IV - suspensão temporária do cadastro.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, a critério do órgão coordenador da Política de Apoio e Incentivo aos Serviços Municipais de Gestão Ambiental.

§ 2º - Na hipótese de reincidência, o período de suspensão do cadastro não poderá ser inferior a um ano.

§ 3º - O processo administrativo para apuração de infrações obedecerá ao disposto na regulamentação desta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 15 de abril de 2009; 221º da Inconfidência Mineira e 188º da Independência do Brasil.

Deputado Alberto Pinto Coelho – Presidente

Deputado Dinis Pinheiro – 1º-Secretário

Deputado Hely Tarquínio – 2º-Secretário

LEI Nº 18.086, DE 15 DE ABRIL DE 2009

Declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Luz.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarado patrimônio cultural do Estado o Caminho da Luz, rota de peregrinação que abrange os Municípios de Tombos, Pedra Dourada, Faria Lemos, Carangola, Caiana, Espera Feliz, Caparaó e Alto Caparaó.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo adotar as medidas cabíveis para o registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 1º do Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 15 de abril de 2009; 221º da Inconfidência Mineira e 188º da Independência do Brasil.

Deputado Alberto Pinto Coelho – Presidente

Deputado Dinis Pinheiro – 1º-Secretário

Deputado Hely Tarquínio – 2º-Secretário

ATA

ATA DA 7ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/4/2009

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Carlos Gomes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Durval Ângelo - Apresentação musical - Entrega de placa - Palavras do Pe. Paulo Umberto Stumpf - Exibição de vídeo - Entrega de placas - Palavras do Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro - Palavras do Sr. Zildo Rocha - Palavras do Pe. José Ernanne Pinheiro - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Adelmo Carneiro Leão - Carlos Gomes - Durval Ângelo - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Gomes) - Às 20h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar o centenário de nascimento de Dom Helder Câmara.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Pe. Paulo Umberto Stumpf, Diretor da Escola Superior Dom Helder Câmara; Deputado Roberto Carvalho, Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador Adriano Ventura, representando a Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereadora Luzia Ferreira; Desembargador José Antonino Baía Borges, Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, representando o Presidente desse Tribunal; Antônio Olímpio Nogueira, Procurador do Estado, representado o Advogado-Geral do Estado, José Bonifácio Borges de Andrada; Luís Cláudio da Silva Chaves, Vice-Presidente da OAB-MG, representando o Presidente dessa entidade, Raimundo Cândido Júnior; Juiz Nelson Missias de Moraes, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros; e Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Vereadores Bruno Miranda e Leonardo Mattos; Arlécio Franco Costa, Presidente da Convenção Batista Mineira; e demais Desembargadores que nos honram com sua presença.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo cantor e compositor Pereira da Viola.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

Palavras do Deputado Durval Ângelo

Exmo. Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, entidades homenageadas nesta noite, público presente, espectadoras e espectadores da TV Assembleia. A todos um caloroso boa-noite.

Pensei muito antes de elaborar a peça desta noite. Gostaria de saudar cada um de vocês aqui presentes e os que nos vêem agora em seus lares. Tentei fazer uma síntese, porque eu faria esse discurso multifacetado, de diferentes lugares onde atuamos e nos envolvemos com o tema, o centenário de nascimento de D. Helder Câmara. Em primeiro lugar, como cidadão brasileiro que vê em D. Helder o grande cidadão, democrata, lutador em prol dos direitos humanos no País e no mundo, no século XX.

Também falo de um lugar muito especial, como cristão que acredita na Justiça e que descobre, cada vez mais, que a Boa-Nova continua sendo anunciada a todos os pobres esquecidos desta terra.

Enquanto Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, vejo em D. Helder Câmara o grande apóstolo da paz e da defesa intransigente dos direitos humanos.

Buscando essa síntese, reunimo-nos hoje nesta Casa para uma justa homenagem àquele que, com o exemplo de sua própria vida, provou-nos que "um outro mundo é possível". Àquele que nos apontou o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, fundada nos valores da igualdade e da fraternidade.

D. Helder Câmara, nosso grande ícone da luta pelos direitos humanos, personalidade ímpar que, sem perder a doçura e a leveza, características de quem atingiu a grandeza da alma, foi de uma força descomunal, de imensa coragem e determinação na defesa dos oprimidos e perseguidos, dos injustiçados e abandonados.

Nosso mestre foi um desbravador. Abriu, com sacrifício, a trilha que hoje percorremos todos nós que lutamos pelos direitos humanos. Seguimos ainda retirando do caminho muitos obstáculos, tendo como norte o grande legado deixado por D. Helder: seu amor, sua predileção pelos pobres, pelos injustiçados. Quem, como eu, teve o privilégio de conhecê-lo sabe que seu ministério episcopal esteve sempre a serviço dos mais esquecidos em nosso país; daqueles que muitas vezes não se contam nos indicadores econômicos, nas estatísticas dos institutos; daqueles que não são levados em conta pelo mercado de consumo.

É interessante que, nas quatro sessões do Concílio Vaticano 2º, de 1962 a 1965, D. Helder tinha umas propostas bem interessantes. Uma delas era um compromisso do chamado Pacto das Sepulturas, dos Bispos que defendiam a Igreja comprometida com os pobres. Ele defendia que, em uma das sessões do Concílio, ao invés de convidar o corpo diplomático de Roma, as autoridades, os patriarcas e os Cardeais para lugares de destaque, o Papa deveria fazer um gesto simbólico e chamar os pobres de Roma, aqueles que viviam na rua, para estarem em lugar de honra. Ele dizia que assim estariam realizando o espírito do Concílio.

O interessante é que D. Helder tinha uma outra proposta. Num gesto simbólico, Pe. Ernanne, os Bispos deveriam deixar suas cruzes de prata e de ouro na Basílica de São Pedro e carregar cruzes de madeira para demonstrar o compromisso com aqueles mais esquecidos da sociedade.

Suas propostas não foram acatadas. Por isso, pelo compromisso com esse legado, D. Helder nos deixa, como exemplo maior, a defesa dos direitos humanos. Deixa sua marca na história deste país como uma das personalidades que não se deixaram abater pelas atrocidades da ditadura militar. Como não podiam atingir D. Helder, atingiam seus colaboradores, muitos presos e torturados, como o Pe. Henrique, que trabalhava com a Pastoral da Juventude e que foi barbaramente assassinado pelas forças da repressão. Em tempos nos quais os direitos humanos foram banalizados e violados sistematicamente, deu demonstração de que viver o Evangelho, ter compromisso com Cristo, ser discípulo e discípula de Jesus é, acima de tudo, defender os direitos humanos.

Para D. Helder, assim como para o próprio Evangelho, Jesus está presente naquele que tem fome, no que tem sede, no que está preso, no que está doente, no que é torturado, no que sofre todo tipo de injustiça e de desigualdade. E é o grande lema de Jesus, em Mateus 25:31 e seguintes.

Defensor da opção preferencial da Igreja pelos pobres e inspirador da Teologia da Libertação, pregava um sentido mais amplo, identificando o compromisso com os pobres não somente com os que são desprovidos de condições mínimas de vida, mas com todos os que têm seus direitos violados. Como ele mesmo expressa na sua bela "Oração a Mariama", criada para a Missa dos Quilombos: "(...) Problema de negro acaba se

ligando com todos os grandes problemas humanos, com todos os absurdos contra a humanidade, contra todas as injustiças e opressões (...)"

E, ainda hoje, acredito, aqueles que atuam na defesa dos direitos humanos se deparam com obstáculos semelhantes aos encontrados por D. Helder. Passados 20 anos da promulgação da Constituição cidadã, cujos princípios e garantias foram a tônica da sua luta, constatamos que a violação dos direitos humanos permanece uma constante. Mais do que isso, essa luta, por ignorância ou até estratégia dos violadores de direitos, é associada, de forma preconceituosa, à defesa de bandidos. Aqui vem a grande pergunta: quem são os maiores bandidos da história humana?

Estou fazendo um prefácio do livro comentado sobre "A Arte de Furtar e o Seu Autor", que será lançado em Minas em 14 de junho, dia do traslado dos restos mortais de Afonso Pena Júnior para Santa Bárbara. Apesar de ser um texto de 1652, deparamo-nos com aquela célebre frase do filósofo de Siracusa que exclama para alguns que iam ser enforcados por roubos - conduzidos por altas patentes: "Lá vão os grandes ladrões a enforcar os pequenos ladrões". Só lendo o livro da obra do Henrique de Afonso Pena Júnior é que chegaremos a essa conclusão. Esse grito de Macedo ou de Vieira, dois quatrocentões - aliás, só lendo o livro da obra de Henrique de Afonso Pena Júnior é que chegaremos a essa conclusão -, mostra, quando se refere a bandidos na sociedade, que isso merece uma reflexão muito séria em razão desse preconceito que vivemos na sociedade.

Alerta D. Helder, em outro trecho da "Oração a Mariama": "(...) Não basta pedir perdão pelos erros de ontem. É preciso acertar o passo hoje sem ligar ao que disserem. Claro que dirão, Mariama, que é política, que é subversão, que é comunismo...". Quem conhece a Missa dos Quilombos, Roberto, sabe que D. Helder, apesar de a voz já estar cansada, no final, de forma muito forte, exclama: "É Evangelho de Cristo, Mariama! (...)".

É para acertar o passo na luta contra toda sorte de injustiças que devemos identificar uma relevante diferença na militância atual pelos direitos humanos. Quando, durante a ditadura, essa bandeira se voltava, prioritariamente, à defesa dos filhos da classe média, que eram perseguidos, presos, torturados e mortos, a causa tinha maior apoio da sociedade. Hoje, quando quem tem seus direitos violados são os pobres e desassistidos, a luta recebe a pecha de defesa de bandidos. Por quê? Precisamos fazer essa reflexão.

Tal paradoxo mostra, a meu ver, que ainda está por ser compreendida por grande parte de nossa sociedade a maior lição deixada por D. Helder: a de que não existe democracia sem a garantia dos direitos humanos e, acima de tudo, a de que são os direitos humanos a essência maior dos ensinamentos de Cristo.

Que possamos todos aprender essa lição. Para isso, rezemos com D. Helder: "Mariama, Nossa Senhora, mãe querida, nem precisa ir tão longe como no teu hino, nem precisa que os ricos saiam de mãos vazias, os pobres de mão cheia... Nem pobre nem rico. Nada de escravo de hoje ser senhor de escravos amanhã. Basta de escravos. Um mundo sem senhores e sem escravos. Um mundo de irmãos, de irmãos não só no nome e de mentira... De irmãos de verdade, Mariama".

Por fim, quero ressaltar os homenageados e homenageadas de hoje, que, com propriedade, têm levado à frente a luta de D. Helder Câmara, mostrando que seu pensamento continua vivo, que a sua mensagem e a sua luta não foram em vão. Gostaria de destacar, inicialmente, a Escola Superior Dom Helder Câmara, ligada à Companhia de Jesus. A escola dá continuidade a uma prática ético-social, através de atividades de promoção humana, de defesa dos direitos fundamentais, de construção feliz e esperançosa de uma cultura da paz e da justiça.

Juntamente com o Pe. Paulo Stumpf, a Waldênia, a equipe da Assembleia e a Comissão de Direitos Humanos, estamos fazendo uma rica atividade de lembrança do centenário de D. Helder, que culminará só em dezembro. Entendemos que a Escola Superior Dom Helder Câmara, na própria feliz escolha do nome, denota realmente um compromisso.

Gostaria de destacar também o Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, iniciativa da CNBB, um serviço à formação política dos cristãos, numa idéia brilhante de vários de seus colaboradores, e me considero um deles. Com o Pe. Ernanne Pinheiro, participamos do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, que, a exemplo do Centro Dom Vital, quer ser um centro irradiador do pensamento social cristão na sociedade em que vivemos. Prestem atenção nas publicações do Centro, que são muito ricas e proveitosas.

O Centro tem três eixos: o Curso Nacional de Formação Política - somos professores no Centro, assim como o Vereador Adriano Ventura, aqui representando a Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte; a rede de assessores, que produz o material - fazemos parte dela -; e a articulação das Escolas Locais de Fé e Política. O Pe. José Ernanne Pinheiro, durante 19 anos como Diretor do Iter, foi um colaborador dileto de D. Helder Câmara. Nós o ouviremos aqui, e ele contará, como sempre, com muito entusiasmo, com sua voz linda e maravilhosa de cearense. Ele falará um pouco do que foi o seu contato, a sua colaboração, a sua ação direta com D. Helder.

Gostaria de destacar a Subsecretaria de Direitos Humanos, pertencente à estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social, que desenvolve ações do Estado relativas às políticas públicas de trabalho, emprego e renda, de assistência social e de promoção e garantia dos direitos humanos. E tem à frente esse ícone da luta pelos direitos humanos, o ex-Deputado João Batista de Oliveira, que está em pé e que carrega no próprio corpo a marca do que é exclusão dos direitos humanos, graças a um milagre de D. Helder, com certeza. O João Batista não poderia ter escolhido uma equipe mais feliz. Digo que é a grande secretaria do governo Aécio, que um dia acolherá o nosso apelo para que seja uma secretaria autônoma, independente, diretamente vinculada ao Governador do Estado. O mesmo esperamos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

João, essa referência a você e a toda a sua equipe é um reconhecimento pelo trabalho enorme que desenvolvem, mostrando que a bandeira dos direitos humanos não tem ideologia, é uma bandeira universal, é uma bandeira do resgate da dignidade, um ideal tão bonito pelo qual D. Helder lutou.

Também vamos hoje homenagear o Ministério Público de Minas Gerais, especificamente o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos, órgão que presta auxílio a todas as Promotorias do Estado que atuam na defesa dos direitos fundamentais e no controle externo da atividade policial. Pode-se destacar como principais competências do Centro: o combate à tortura, à homofobia, ao racismo, à violência sexual contra crianças e adolescentes, entre outras.

Cito o nosso companheiro, Promotor Rodrigo Filgueira de Oliveira, que continua a lida iniciada por Antônio Aurélio, pelo Prudente e por tantos outros Promotores que passaram pela Promotoria de Direitos Humanos, a primeira criada no Brasil, a primeira coordenadora, há 20 anos. Há também os nomes de Afonso Henrique, Mariano e tantos outros que abrilhantaram a 13ª Promotoria de Justiça, hoje na coordenadoria.

Também destacamos aqui a Escola Desembargador Edésio Fernandes, órgão do Tribunal de Justiça do Estado, responsável pela seleção, pela formação e pelo desenvolvimento contínuo de servidores e Magistrados no âmbito do Poder Judiciário mineiro e pela disseminação do conhecimento especializado da instituição, visando ao melhor funcionamento da justiça em benefício da sociedade, hoje coordenada pelo 2º-Vice-Presidente, Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro. A primeira preocupação desse Desembargador ao chegar à frente da Escola foi a promoção de seminários sobre direitos humanos, para que os novos Juízes se familiarizem com eles. Como disse o Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro: "Sem direitos humanos não se tem Estado Democrático de Direito". A Escola, que é antiga, faz os futuros Juízes conhecerem

direitos humanos e estagiarem, antes de assumirem como Juizes, na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - Apac -, que é realmente um modelo inovador em Minas Gerais, no Brasil e no mundo, quanto à questão do interno no sistema penitenciário. O Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro é um ícone entre os Juizes de Minas Gerais na defesa dos direitos humanos. Esse é dos pontos que vejo na candura, na doçura e na ternura desse Desembargador, pois ele se torna mais duro quando os direitos humanos são violados.

Não poderíamos deixar de mencionar o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, que tem como objetivo a construção do binômio direitos humanos e cidadania na cidade, com o resgate da luta contra a ditadura militar e o combate às violações de direitos humanos praticadas pelo aparelho repressivo nos dias de hoje. A D. Helena Greco, hoje aqui representada pela Marília Greco, está com 93 anos de idade. Na juventude, ela teve uma trajetória semelhante à de D. Helder Câmara, vindo no integralismo uma possibilidade de mudança e de novidade no Brasil. Mas, como D. Helder, teve a capacidade profunda de conversão e de percepção do momento em que a sociedade vive. Falar em D. Helena Greco hoje, no Brasil, é falar, com toda a certeza, da síntese dos direitos humanos. Espero que esta Assembleia acolha uma velha reivindicação nossa - vou reapresentá-la, porque hoje temos um Presidente com mais sensibilidade para isso -: a criação da Comenda de Direitos Humanos D. Helena Greco. Na época, não houve voto contrário, mas houve discussão em torno do fato de que uma comenda não pode homenagear pessoas vivas. Creio que as homenagens têm de ser prestadas às pessoas vivas. Minas Gerais crescerá muito com a Comenda Especial de Direitos Humanos D. Helena Greco.

Queremos também falar do Grupo Viver, entidade que presta serviço de reintegração social ao portador de HIV-aids, aos familiares e às pessoas ligadas a eles. Com muita dificuldade, é uma entidade da sociedade civil que atende a 30 mil pessoas por mês e que instalou a primeira academia de recuperação da distrofia muscular. Não é apenas a alimentação que recupera um soropositivo. Essa entidade sobrevive a duras penas. A Comissão de Direitos Humanos, sempre que pode, está lá como parceira. O Valdeci Fernandes Buzon, seu Presidente, está aqui hoje para receber a homenagem.

Outra entidade que será hoje homenageada é o Grupo de Amigos e Parentes de Pessoas em Privação de Liberdade, entidade que tem como principal objetivo chamar a atenção para a necessidade de acabar com o atual modelo de sistema prisional.

Hoje não só o modelo prisional, mas a Justiça Penal também trabalha contra os pobres. Basta vermos que em Belo Horizonte, de acordo com estatísticas da Fundação Getúlio Vargas, 60% do consumo de drogas estão concentrados em pessoas que têm curso superior e ensino médio. Mas quase 60% dos que estão presos fazem parte dos famosos três pês. Eles é que vão para a cadeia. Hoje, 85% dos presos dependem da Justiça gratuita, e só 0,2% dos encarcerados em nosso país têm curso superior, quando esse índice ultrapassa 19% na sociedade brasileira. O Prof. Virgílio Antônio da Cunha Matos, um de nossos apoiadores, fez questão, quando cheguei aqui, de colocar um botão do Grupo de Amigos e Parentes de Pessoas em Privação da Liberdade. Hoje, para demonstrar mais ainda a elitização, já se fala em privatização do sistema prisional.

Também destacamos o Vicariato Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, órgão responsável pela articulação das ações sociais e políticas da Arquidiocese, composto pelos Núcleos Habitacional, de Geração de Trabalho e Renda, de Saúde, Meio Ambiente, das Pastorais Sociais e de Eventos. Entre elas estão a Pastoral dos Direitos Humanos e a Pastoral da Criança. O Pe. Ademir Ragazzi, Vigário Episcopal, está aqui hoje recebendo o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na Igreja de Belo Horizonte, que foi idealizado e teve como grande incentivador D. Serafim Fernandes de Araújo, Cardeal, homem que tantas vezes acolheu audiências da Comissão de Direitos Humanos, principalmente para discutir a questão prisional. Uma frase que D. Serafim disse na CPI está registrada nos anais desta Casa: "Nenhum encarcerado, nenhum familiar de encarcerado vai chorar na Arquidiocese de Belo Horizonte sem que haja, pelo menos, um cristão católico para enxugar aquela lágrima". Ele entendia isso e dizia mais: "A missão da Pastoral Evangélica, da Pastoral Carcerária Católica não é rezar, batizar ou realizar casamento na cadeia, mas denunciar as injustiças que estão sendo cometidas contra os que estão encarcerados". Isso está registrado em uma das nossas reuniões. O ex-Deputado João Batista de Oliveira lembra-se desse testemunho de D. Serafim. Agora, com o novo Arcebispo, D. Walmor, haverá continuação desse trabalho.

Também destacamos o trabalho da Convenção Batista Mineira - Comitê da Ação Social da Igreja Batista. A Convenção está a serviço de 661 Igrejas Batistas e 328 congregações e é responsável pelas ações sociais de auxílio a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. A Rosilene Nazar sabe do nosso reconhecimento ao trabalho do Deputado João Leite. Há presença da Pastoral Carcerária Evangélica da Igreja Batista em muitos presídios da Capital.

Também registramos o Projeto Novos Rumos da Execução Penal, que aqui será homenageado. É um projeto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com vistas à humanização da execução penal, baseado no método da Apac. Esse projeto é difundido pelo Desembargador Joaquim Alves de Andrade, hoje o apóstolo da Apac no Brasil.

Também trouxemos aqui duas lembranças muito especiais: a primeira, do Instituto Dom Helder Câmara, de Recife, responsável pelo acervo histórico de D. Helder, criado em 1984, resultante da preocupação dos amigos e colaboradores de D. Helder em dar continuação à sua ação pastoral, depois de sua aposentadoria.

E o Zildo Rocha, que, juntamente com o Ernanne, com o Desembargador Reynaldo Ximenes, dá um testemunho muito significativo. Zildo, que veio do Recife, que foi um auxiliar direto e que esteve junto com D. Helder em muitos momentos difíceis. Também a família de D. Helder Câmara, representada aqui pela Waldênia Geralda de Carvalho, que, em nome da família, receberá uma placa com o nosso agradecimento por a família ter ofertado esse grande homem à Igreja e para a luta dos pobres no Brasil. Essas entidades e pessoas mantêm vivos o pensamento e a trajetória de D. Helder Câmara. A elas dedico as palavras do Pe. José Comblin, no Prefácio de "Vaticano II: Correspondência Conciliar", segundo as quais D. Helder "promoveu a luta pela paz e pela justiça por meios não violentos. Foi o apóstolo da não-violência percorrendo o mundo. (...) Entendeu que a sua primeira tarefa era a de ser testemunha do Evangelho de Jesus Cristo no mundo. (...) Olhou para os abandonados e oprimidos do seu próprio País, entre os favelados do Rio, os camponeses escravizados do Nordeste e viu o Brasil verdadeiro que as elites de sempre não querem ver. (...) Tudo era vivido dentro de uma experiência mística. O seu agir era vivido em comunhão com o absoluto e o infinito. (...) Muitas são as pessoas que, como eu mesmo, estão convencidas do valor universal e permanente do testemunho que foi a vida de D. Helder".

Recebemos centenas de mensagens e de "e-mails" por esta homenagem. Gostaria de destacar a do Prefeito Márcio Lacerda. (- Lê:)

"Prezado Deputado Durval Ângelo, não poderia deixar de me dirigir a V. Exa. para agradecer e, por seu intermédio, agradecer a todas as Sras. e Srs. Deputados o convite para essa reunião especial em reverência aos 100 anos de D. Helder Câmara, na qual a Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageia também aos que trabalham incansavelmente em defesa dos direitos humanos.

Nada mais justo que isso se faça sob a inspiração da vida desse grande homem e pastor Helder Câmara. Em um momento em que poucos ousavam falar alto e bom som em defesa dos fracos e dos mais necessitados, esse lutador, franzino de corpo, mas um gigante moral, fez muito mais: agiu. D. Helder é uma figura que marcou profundamente a minha geração como referência e exemplo de perseverança na busca da justiça social e da tolerância entre os homens. O exemplo germinou e floresceu. O Brasil e Minas Gerais avançaram muito nas últimas décadas, mas podem e devem avançar sempre, garantindo e consolidando na prática o direito de todos à cidadania, à dignidade e à justiça social. O trabalho de todos que buscam em D. Helder fonte de inspiração me faz acreditar que esses avanços, tão necessários, prosseguirão. Eu me farei representar nessa reunião pelo Vice-Prefeito, Deputado Roberto Carvalho".

Termino agradecendo a toda a equipe da Assembleia. Depois de tantos conflitos, desencontros e encontros, esta reunião aconteceu. Mencionei aos presentes uma expressão que D. Helder costumava dizer - numa carta, ele a repetia muitas vezes -: "Se Deus quiser, o amanhã será muito diferente do hoje". Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o cantor e compositor Pereira da Viola, que executará a música "Cálix Bento".

- Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Placa

O locutor - O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Pe. Paulo Umberto Stumpf, Diretor da Escola Superior Dom Helder Câmara, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "Homem de coerência ímpar, incansável difusor da justiça e da paz, D. Helder Câmara sempre será lembrado por sua dedicação à defesa dos direitos humanos e políticos e pelo persistente combate às desigualdades. Sua abertura ao diálogo e sua postura questionadora diante das incongruências da sociedade são fonte de inspiração para os que sinceramente buscam o bem comum. Na ocasião em que se celebra o centenário de seu nascimento, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem à memória dessa personalidade de tão intensa magnitude, que a todos legou ensinamentos e exemplos dignos de serem seguidos para que o mundo alcance a harmonia e a justiça social".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Durval Ângelo para acompanhar-me na entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Pe. Paulo Umberto Stumpf

Exmo. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa; Exmo. Deputado Durval Ângelo, querido companheiro de muitas lutas, autor do feliz requerimento que deu origem a esta homenagem. Saúdo assim aos senhores componentes desta Mesa. Dirijo uma especial e afetuosa saudação a todos e a todas aqui presentes e de modo muito especial aos queridos e queridas discentes da Escola Superior Dom Helder Câmara, aos seus professores e professoras, aos membros da direção, aos membros do colegiado. Gostaria de fazer uma saudação ainda muito especial aos queridos e às queridas da Comunidade São Lucas que estão aqui. Por favor, uma forte salva de palmas para eles, para o Prof. Jacob. Esta comunidade tem resistido com bravura na luta, no empenho, na promoção da justiça, sempre em comunhão com a fé cristã.

Dirijo ainda uma saudação muito afetuosa à minha querida mãe, Anastásia Veronese Stumpf, que veio de Santa Catarina, ela e meus familiares, que me alegrem muito com sua presença.

Hoje é dia de festa e de orgulho para o povo mineiro. Esta Assembleia Legislativa, Casa do povo e da democracia, resgata e homenageia D. Helder Câmara, esse brasileiro, cidadão do mundo, baluarte da liberdade, dos direitos políticos, da defesa intransigente da justiça e da paz, mensageiro da esperança.

D. Helder coloca-se mundialmente entre os mais reconhecidos líderes, como o grande Luther King, Néelson Mandela, Dalai Lama e Teresa de Calcutá. Sobre suas características, escreveu Frei Betto: "Homem pequeno e frágil, D. Helder tinha características curiosas: quase não se alimentava. Todos diziam que ele comia feito um passarinho. Também dormia pouco, tinha um horário de sono no mínimo estranho: deitava-se por volta de 11, levantava-se às 2 da madrugada, sentava num cadeira de balanço e se entregava à oração".

É desse homem, a partir de sua fonte de espiritualidade e oração, que conhecemos a pujança da ação e do seu vigor intelectual.

D. Helder foi membro de 41 organizações internacionais e cinco nacionais. Sobre o tema da paz e da justiça escreveu 23 livros, sendo 19 traduzidos para 16 idiomas. Escreveu e proferiu mais de 500 discursos pelo mundo afora, inclusive na ONU. Escreveu centenas de artigos, além de realizar programas radiofônicos e proferir palestras por todo o Brasil e nas maiores universidades do mundo.

Durante o Concílio Vaticano II, D. Helder escreveu 297 textos, diariamente, que se tornaram uma fonte rica sobre esse Concílio, os seus meandros e seus debates. Recebeu 716 títulos de homenagem e condecorações no Brasil e no estrangeiro; 30 títulos de cidadão honorário no Brasil e no exterior, sendo em Belo Horizonte em 1990; 32 títulos de doutor "honoris causa", sendo cinco em Direito, nas maiores universidades do mundo. Foi homenageado com 25 prêmios da paz. Foi indicado cinco vezes ao Prêmio Nobel da Paz. Só não o recebeu, sobretudo, pela articulação do então governo militar Médici, que articulou para impedi-lo.

Donde vinha tanta força e tanto ímpeto? "Eu tenho fome e sede de paz", disse ele. "Dessa paz do Cristo que se apóia na justiça. Eu tenho fome e sede de diálogo, e é por isso que eu corro por todos os lados de onde me acenam, à procura do que pode aproximar homens e mulheres em nome do essencial... o amor."

Sobre seu carisma, escreveu o Prof. Oscar Beozzo: "Em D. Helder encontramos várias das virtudes que assinalamos a respeito de figuras marcantes da Igreja Católica do Brasil: o profetismo e a veia literária de Pedro Casaldáliga; a intrepidez e o senso político de Ivo Lorscheiter; a atenção e a capacidade de conciliação de Luciano Mendes de Almeida; a bondade e a intuição teológica de Aloísio Lorscheider; a coragem e a defesa dos direitos dos pequenos de Paulo Evaristo Arns".

Um jornal francês, na época, escreveu que D. Helder tinha uma fé inabalável na Igreja. Segundo o jornal, chegava a ser uma fé de criança, mas, ao mesmo tempo, não cessava de desejar, e cada vez mais, ser fiel ao Evangelho de Cristo; Evangelho que ele proclamava na sua pureza, poético, esperançoso e por isso mesmo profético.

Um autêntico Bispo da Igreja, mas um Bispo que venceu o medo e aceitou a insegurança como situação permanente da vida. D. Helder jamais se escondeu atrás dos muros de um palácio ou nas pompas de solenidades. Eis algo que enaltece ainda mais o significado de D. Helder para os dias atuais: em épocas de crise, o medo toma conta de autoridades mediócras, que, diante da tempestade que ameaça o barquinho, preferem jogar âncoras e até retroceder à proteção de portos passados.

D. Helder diz que é esse precisamente o momento de apelar para o Senhor, a exemplo de São Pedro, e confiar que Deus é o grande Senhor da Vida, do qual somos humildes servidores. Assim, D. Helder nos ensina a vencer o medo pelo amor, pois essa insegurança era a situação de pessoas com quem ele convivia, aqueles que não tinham mais a quem apelar, senão à bondade divina, e, na providência de Deus, colocar toda

a esperança.

A influência da mensagem de D. Helder ultrapassou muito as fronteiras da Igreja. D. Helder representou uma referência internacional da esperança de um mundo sem guerras e violências. Na Europa, por onde passava, ele arrastava multidões. Conta-se que uma vez, em Paris, programou-se para ele falar para um auditório com cerca de 2 mil pessoas. O evento foi transferido para um campo, um estádio de futebol, onde se reuniram mais de 2 mil jovens de Paris, ávidos por ouvir D. Helder.

A fundamentação teológica de seu pensamento era clássica: somos todos filhas e filhos do mesmo Deus, somos irmãos da grande fraternidade universal. Daí sua afirmação de que a miséria econômica é uma vergonha, um atentado ao Pai do Céu, um escândalo para a fé cristã. Daí seu empenho em defesa da vida de perseguidos, não importando seu credo ou opção política. Segundo Leonardo Boff, a Teologia da Libertação, no plano pastoral, nas estruturas da Igreja, na organização do episcopado, tem um grande pai, que é D. Helder Câmara.

O que aconteceu na vida de D. Helder para que ele desse essa virada de uma fase da vida para outra em defesa dos direitos políticos? Um episódio certamente nos ajuda a entender isso: segundo ele próprio, quando chegou ao Rio de Janeiro, em 1952, visitou um dos maiores presídios do Estado. Ao sair, perguntou ao Diretor da instituição carcerária se havia visitado todas as pessoas. Recebeu a seguinte resposta: "É, pode-se dizer que sim, uma vez que só faltou uma ala, mas essa é dos presos políticos, que, aliás, são todos comunistas". Para espanto do Diretor, o jovem Pe. Helder lembrou-lhe que havia dito que gostaria de falar com todas as pessoas.

E assim o fez. No final de sua visita aos presos políticos, um deles, chamado Aparício Torelli, dirigiu-se a ele e disse: "Helder, apreciei muito a sua visita, mas sinto-me na obrigação de alertá-lo de que, por bem menos que isso, estou aqui preso...". E, assim, com essa capacidade de deixar-se afetar pelo ser humano - digo ser humano na sua situação real -, pela presença do outro, pelo rosto humano, D. Helder se tornou um dom total a serviço da vida humana. Foi, sem dúvida, a voz que primeiro proclamou internacionalmente que havia perseguidos políticos no Brasil.

Como muito bem lembrou o Deputado Durval Ângelo, como os militares não o podiam atingir diretamente, procuravam atingir pessoas próximas a ele, até familiares. Há pouco tempo visitei, em São Paulo, um de seus sobrinhos, que tem exatamente o mesmo nome, Helder Câmara. Hoje isso pode parecer gracioso, mas, naquela época, foi um tremendo azar, pois, o fato de, além de ser parente, ter o mesmo nome do tio fez com que esse sobrinho passasse por infundáveis interrogatórios, cerceamento de direitos, além da impossibilidade de se locomover com liberdade. Seu apartamento era freqüentemente invadido e vasculhado.

Numa dessas oportunidades, conversei com familiares de D. Helder, e eles me revelaram um fato que nunca apareceu na mídia: a morte da mãe de D. Helder, provocada por um acidente de automóvel, até hoje não elucidada, tampouco investigada. Ele nem sequer pôde despedir-se de sua mãe, pois estaria expondo à perseguição outros de seus familiares. De Recife, escreveu um poema que, na época, só foi publicado na França.

O poema chama a atenção para um detalhe do acidente de sua mãe: o pé descalço e o sapato jogado no chão, afastado de seu corpo devido ao acidente. Como não podia afirmar nada, o poema contém mais perguntas que respostas. Lembra, sutilmente, as demais vítimas da perseguição política, os corações torturados, e conclui assinalando a possibilidade de também a si acontecer o mesmo. Seu título, "Pés estropiados": "Descalça, mãe querida? / O dinheiro te faltou? / Ou não precisa de calçado / quem anda sobre as nuvens / e vai deixando um rastro de pétalas (de flores)?... // Perdeste os sapatos, querida mãe / ou te acostumaste a andar descalça / protegendo o sonho inocente da mais linda criança / que o mundo já viu? // Pisas leve / para que não despertem / os corações torturados / que por um segredo lograram adormecer? // Ou vais pregar um susto amável / a algum anjo distraído / com as belezas do céu?... // A razão é diferente! / Teus pés descalços / me falam de descanso / do fim das caminhadas, / da chegada feliz... // Mãe, / quando tirei de vez / os meus pobres sapatos?". Vamos aplaudir.

Esse era D. Helder, que, mesmo nas mais cruéis adversidades, não perdia a ternura. Aos algozes, fez uma referência, no máximo, carinhosa. Chamava os militares da ditadura de "meus queridos irmãos equivocados". Hoje diríamos: equivocados e mal-intencionados.

Todavia, D. Helder jamais se deixou guiar pela ira, pelo medo ou pelo pessimismo. Sua ação profética acenava com ternura para a esperança, para as possibilidades de superação de tudo o que podia limitar a liberdade humana. Ouçam, por exemplo, um trecho de um de seus programas radiofônicos: "Não existe são nunca. Em tempo de criança, quem não escutou, ao fazer pedidos difíceis aos pais, a resposta desanimadora: 'Só no dia de são nunca?' Havia crianças que corriam para o calendário em busca do dia do famoso santo. Mas não existe são nunca. Gostaria de pedir aos pais e aos adultos de modo geral que não liguem a idéia de religião a obstáculos intransponíveis. O impossível não nos deve assombrar nem nos levar a esmorecer. Gosto de ouvir dizer 'possível é o que se faz brincando; impossível é o que custa um pouco mais'. Os pessimistas diziam, por exemplo: 'nunca o homem voará; ele não é pássaro!'. E Santos Dumont deu asas ao homem, e hoje ultrapassamos, rindo, a barreira do som. Há quem pense e diga que as guerras e as torturas nunca deixarão de existir. Mas as guerras e toda forma de violência estão ficando cada vez mais absurdas,... - aliás, vejo isso no olhar e nas ações dos jovens - ... a ponto de a repulsa contra elas crescer cada vez mais. Sou dos que crêem que as guerras e as torturas, um dia, pertencerão ao passado e entrarão para os museus! Nada de são nunca. Longe de ser ligada ao fatalismo, a obstáculos intransponíveis, a barreiras impossíveis de ultrapassar, a religião deve ser uma força libertadora. Pelo poder recebido de Deus, não há impossível nem nunca para o homem".

Seu afeto contagiante, verdadeiro, marcava para sempre quem tinha um encontro pessoal com D. Helder Câmara. Das vezes em que estive com ele, uma delas me marcou sobremaneira, na Paraíba, em 1986, durante uma manifestação pública em que declamei uma poesia sobre a reforma agrária: recebi um abraço envolvente de D. Helder Câmara com palavras de encorajamento, o que considero ainda hoje uma bênção que deu o rumo certo a minha vida.

D. Helder tinha nessa época 82 anos. Tive outro encontro com ele em 1991, quando cursava Direito na Grande Porto Alegre. Incansável, estava no Rio Grande do Sul lançando o movimento O Terceiro Milênio sem Miséria. Ao me reconhecer e me saudar, dizendo "Paulinho, conto contigo!", fiquei impressionado com sua memória afetiva, autêntica e reveladora de um carisma no trato pessoal, com cada indivíduo. Naquela ocasião, já ancião, alquebrado e fisicamente enfraquecido - mas lúcida sua esperança, resistente seu ânimo, mais do que suas palavras -, o seu testemunho de perseverança entusiasmou os jovens estudantes universitários.

Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de citar algumas obras que manifestam a força da profecia de D. Helder em nossos dias. Sob a sua inspiração, continuam a ser publicados livros, artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado. Além disso, obras sociais e religiosas se motivam em sua vida e se multiplicam pelo Brasil e pelo mundo.

Em nossa querida Capital mineira, a Escola Superior de Direito, que foi agraciada com o nome de D. Helder Câmara, desde a sua existência, na Fundação MDC, já beneficiou mais de 20 mil pessoas. Suas atividades de ensino desdobram-se em graduação, pós-graduação "lato sensu" e mestrado, além de pesquisas e publicações, como a revista "Veredas do Direito". Em seu Núcleo de Prática Jurídica - estão aqui os alunos da instituição para confirmar -, atuam mais de 500 estagiários, como advogados, professores, pesquisadores, que continuam a desenvolver trabalhos jurídicos e sociais; em suas atividades de extensão, são seminários, congressos, cursos, apoio à terceira idade, com aproximadamente 2 mil pessoas. É uma instituição especializada em direito que se orgulha do compromisso de manter a excelência acadêmica com ética e responsabilidade social, inspirada e iluminada pelo seu patrono.

Neste ano do centenário de D. Helder, é criada mais uma instituição: o portal eletrônico www.domtotal.com. Esse nome é uma homenagem ao dom pleno da vida de D. Helder para nós. Sua finalidade é democratizar o acesso à legislação federal, às informações políticas, de cultura, de economia, além de ser uma completa agenda sobre eventos da nossa cidade. Visa ainda promover a reflexão e o debate, através de artigos jurídicos, reportagens jornalísticas e realização de seminários. Além dos professores e estudantes da própria Escola Superior Dom Helder Câmara, o portal [domtotal.com](http://www.domtotal.com) conta com um time de colunistas da qualidade de Leonardo Boff, Maria Clara, Frei Betto, Libânio, Luís Cláudio Chaves, Vice-Presidente da OAB e nosso professor, entre tantos de igual valor.

Esta homenagem, Sr. Presidente e Deputado Durval Ângelo, que ora recebo, atribuo à atuação de todos, advogados, estudantes, professores e funcionários da Escola Superior Dom Helder Câmara e do portal [domtotal.com](http://www.domtotal.com). Para comemorar, prosseguiremos as celebrações do centenário de D. Helder promovendo, dia 20 de junho, um "show" musical com Milton Nascimento. Por favor, visitem o portal [domtotal.com](http://www.domtotal.com) e confirmem.

Revela-se, pois, em todas essas ações a força da profecia de D. Helder, esta força que, na fragilidade humana, em situações de extremos desafios, faz-se ouvir na denúncia, no clamor e, sobretudo, na esperança. É perseguida, abafada, silenciada, mas não por muito tempo. Eis que novamente ressurgiu a profecia, aqui, ali, acolá, numa humilde ação, num pensamento, num livro, num artigo, numa celebração, numa homenagem, pois ninguém cala um profeta, uma profecia. Como disse o próprio Jesus Cristo, se calarem a voz de meus profetas, as pedras gritarão.

É por isso, Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, que o evento desta Casa nos comove e promove essa memória de D. Helder Câmara de forma tão singular e bela. Para nós, este evento tem um sentido restaurativo. Já houve outras reuniões, nas Assembleias Legislativas do Ceará e de Pernambuco, e, no próximo dia 29, teremos outra no Senado Federal.

D. Helder Câmara e muitos outros perseguidos políticos foram proibidos pela ditadura militar de falar em casas como esta e nas Assembleias Legislativas do País, nas Câmaras Municipais, na Câmara dos Deputados e no Senado. Hoje, Sr. Presidente, sirva este ato como desagravo. Desagravo a D. Helder Câmara e a todos, políticos, religiosos, jovens estudantes e professores, que foram politicamente perseguidos e silenciados.

E é assim que finalizo, agradecendo e parabenizando V. Exas., Deputados Alberto Pinto Coelho e Durval Ângelo, e a todos desta Casa. Possamos, sob a inspiração de D. Helder, passar por este mundo fazendo o bem. Muito obrigado a todas e a todos.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo da "Oração Mariama", que, na devoção católica afro-brasileira, significa invocação a Nossa Senhora. A exibição do vídeo será precedida pela canção "Negra Mariama", interpretada pelo Coral da Igreja Nossa Senhora das Dores, de Contagem, sob a regência de Thalles Henrique Diniz.

- Procede-se à apresentação musical e à exibição do vídeo.

Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, o Deputado Durval Ângelo fará a entrega de placas em homenagem às seguintes personalidades e entidades, por seu trabalho em prol dos direitos humanos: Subsecretaria de Direitos Humanos, na pessoa do Subsecretário João Batista de Oliveira, ex-Deputado desta Assembleia Legislativa; Escola Desembargador Edésio Fernandes, na pessoa do Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro; Sr. Zildo Rocha, membro do Instituto Dom Helder Câmara, de Recife; Centro Nacional de Fé e Política, na pessoa de seu Secretário-Geral, Pe. José Ernane Pinheiro; Ministério Público, na pessoa do Promotor de Justiça Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional - CAO - de Direitos Humanos; Instituto Helena Greco, na pessoa de D. Helena Greco, representada por sua filha, Sra. Marília Greco; Centro Vhiver, na pessoa de seu Presidente, Sr. Waldecir Fernandes Buzon; Grupo de Amigos e Parentes de Pessoas em Privação de Liberdade, na pessoa do Prof. Virgílio Antônio da Cunha Matos; Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, na pessoa do Vigário Episcopal, Pe. Ademir Ragazzi; Sra. Rosilene Nazar, da Convenção Batista Mineira, Ministério da Ação Social da Igreja Batista; Projeto Novos Rumos da Execução Penal, na pessoa de seu Coordenador, Desembargador Joaquim Alves de Andrade; e Sra. Waldênia Geralda de Carvalho, representando o seminarista de Fortaleza Geílson Cajuí Laureano, que é o representante da família de D. Helder. As placas contêm os seguintes dizeres: "'Se você acredita na fecundidade da paz como meio de construir a justiça, acredita também que a justiça é condição indispensável para a paz.'" (D. Helder Câmara) Homenagem da Assembleia Legislativa por seu destaque na defesa dos direitos humanos".

- Procede-se à entrega das placas.

Palavras do Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro

Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em cuja pessoa presto homenagem a todas as autoridades que compõem a Mesa e às demais que compareceram a esta solenidade; Exma. Sra. Dra. Mônica de Sá, Diretora Executiva da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, em cuja pessoa homenageio e cumprimento todos os servidores públicos que aqui comparecem; minhas senhoras e meus senhores, tinha preparado um pronunciamento, mas vejo que, na verdade, nós temos de recolher lições. A maior lição que recolhi foi que esta homenagem prestada à Escola Judicial Edésio Fernandes se dirige à magistratura e aos servidores do Judiciário como uma advertência para nos conscientizarmos de que a Justiça deve estar presente em toda a sua extensão. A paz e a justiça, cantadas aqui pelo Pereira da Viola e que D. Helder tão bem escreveu na mensagem de Mariama, mostraram ser realmente o cerne e a essência da humanidade. Essa mensagem nós, Juízes, haveremos de recolher; nós, Juízes da Escola Judicial Edésio Fernandes, haveremos de transmiti-la às gerações de Juízes que virão. Haveremos de ser pregadores dessa nova mensagem de D. Helder, como disse o Pe. Paulo Umberto Stumpf, Diretor da Escola Dom Helder Câmara. Acho-me vinculado a essa Escola porque lá tenho uma filha a quem muito amo e a quem - pedindo licença - quero homenagear.

Agradeço a todos. Tenho certeza de que levo essa mensagem aos meus colegas que aqui compareceram e dão testemunho do valor desta homenagem. Já havia previsto que nesta homenagem guardaríamos a mensagem de D. Helder: o verdadeiro cristianismo rejeita a idéia de que uns nascem pobres, e outros, ricos e que os pobres devem atribuir a sua pobreza à vontade de Deus. Viva a paz, viva a justiça, encarnadas em D. Helder. Viva o povo encarnado no nosso Presidente Alberto Pinto Coelho. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Zildo Rocha

Exmo. Sr. Presidente desta Assembleia, demais componentes da Mesa, meus queridos amigos e amigas, aceitei esta convocação para me pronunciar de improviso, apesar de ter verdadeira dificuldade de improvisar, porque senti-me investido da responsabilidade de representar o Instituto Dom Helder Câmara, cuja missão principal é tornar presente a ação de D. Helder, principalmente por meio da divulgação de sua obra. Nesta oportunidade, vi ocasião para comunicar um acontecimento que se dará amanhã, no Recife: o lançamento de seis tomos, de seis

volumes de cartas que D. Helder escreveu em suas madrugadas durante o Concílio Vaticano II, nas quais ele nos legou uma história do Concílio e de sua atividade nele. Hoje é, sem dúvida, um dos documentos mais importantes sobre a história viva, a história do dia-a-dia desse grande evento do catolicismo que foi o Concílio Vaticano II. Serão publicados mais três volumes das cartas que escreveu de madrugada, a partir do dia em que chegou a Recife como Arcebispo até a véspera da última sessão do Concílio, em 1965. A elas chamamos Cartas Interconciliares, porque foram escritas entre as sessões do Concílio.

São ao todo 600 cartas enfileiradas nesses seis volumes. Teremos, então, oportunidade de conhecer outro D. Helder, não este homem que apareceu para o mundo, que levou para o mundo uma mensagem que era cultivada e cultuada em todas essas grandes assembleias nacionais e mundiais, mas um D. Helder que era um homem de oração, porque não apenas se sentava em uma cadeira, como foi dito, citando Frei Betto, mas, durante duas ou três horas, lia, escrevia e rezava. Era quando ele encontrava forças. Dizia ele: "O que seria de mim sem as minhas vigílias?". Considerava a vigília e a missa os dois pontos altos do seu dia e assim estruturava toda a sua ação apostólica.

Esses documentos apenas começam a ser publicados. Ao todo escreveu, ao longo de 18 anos, como Arcebispo de Olinda e Recife, 2.221 cartas para seus colaboradores, a quem chamava de "Família messejanense". Assim como para Bandeira, Parságada era o país da poesia, para D. Helder Messejana era o mundo, o país onde se procurava realizar o reino de Deus. Chamava, então, seus colaboradores de família messejanense e a ela escreveu 2.221 cartas, que serão publicadas. O começo dessa publicação será amanhã, em Recife, com o lançamento de seis tomos iniciais dessa grande correspondência. Por isso aceitei essa oportunidade de falar para vocês. Peço desculpa pela improvisação. Gostaria de ter preparado um discurso mais consistente. Espero que vejam nisso o meu devotamento, a minha homenagem a esse grande homem, a esse grande brasileiro, a esse grande cristão que foi D. Helder Câmara.

Palavras do Pe. José Ernanne Pinheiro

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa; membros da Mesa; minhas senhoras e meus senhores; meu caro Deputado Durval Ângelo, de fato, tinha preparado algo sobre D. Helder, mas o que o Pe. Paulo e o Deputado Durval Ângelo falaram resume bem a vida de D. Helder, complementado agora pelo depoimento do Zildo Rocha.

Em primeiro lugar, agradeço de coração a homenagem desta Assembleia Legislativa, que soube captar o testemunho religioso e cívico de D. Helder Câmara. Gostaria de explicitar alguns textos do próprio D. Helder. Antes mesmo desses textos, lembro que ele entrou no seminário de Fortaleza com 14 anos de idade. Quando revelou à família que gostaria de ser padre, o seu pai lhe disse: "Meu filho, ser padre é coisa muito séria; padre e egoísmo não se unem". Ele sempre relembrava essa frase.

Quando chega a Recife, em 12/4/64, faz um discurso que marcou, de fato, todo o período na cidade. Relembrei aqui duas de suas frases: "Quem sou eu e a quem estou falando ou desejando falar..." Abro parêntese para dizer que essas palavras foram proferidas 10 dias após o golpe militar. "Um nordestino falando a nordestino, com os olhos postos no Brasil, na América Latina e no mundo. Uma criatura humana que se considera irmão de fraqueza e de pecado dos homens de todas as raças e de todos os cantos do mundo. Um cristão se dirigindo a cristãos, mas de coração aberto, ecumenicamente, para os homens de todos os credos e de todas as ideologias. Um Bispo da Igreja Católica que, à imitação de Cristo, não vem para ser servido, mas para servir".

Outra frase de D. Helder: "Quem é despertado para as injustiças geradas pela má distribuição da riqueza, se tiver grandeza d'alma, captará os protestos silenciosos ou violentos dos pobres. E o protesto dos pobres é a voz de Deus".

Para finalizar, gostaria de contar um fato que acompanhei durante o período da ditadura militar. Estávamos reunidos - o clero da Arquidiocese de Recife - no seminário de Olinda. Uma senhora avisou a D. Helder que o secretariado da pastoral havia sido invadido pelos militares. D. Helder chamou o Bispo D. Lamartine e a mim, que, naquele período, era o coordenador da pastoral da arquidiocese, para irmos até lá. Chegando, cumprimentou todos os militares que estavam na porta, o pelotão que estava na porta. Cumprimentou cada um, pela mão, e disse: "Pediria que o coordenador de vocês me acompanhasse, porque vou tentar dialogar com o General".

Telefonou duas ou três vezes, mas não conseguiu falar com o General. Disse, então, ao coordenador do grupo que, como o diálogo estava difícil, tomaria outra direção. Telefonou para a CNBB, no Rio de Janeiro, para D. Ivo Lorscheiter. Não saberei nunca se D. Ivo respondeu, mas isso não era o mais importante naquele momento. Ao telefone, D. Helder disse: "D. Ivo Lorscheiter, avise ao Vaticano que o nosso secretariado está sendo invadido pelos militares. Não quero criar problemas entre o governo brasileiro e o Vaticano, porque temos, no secretariado, documentos reservados ao Estado do Vaticano". Ouvindo isso, os militares ficaram perplexos, olhando para ele.

Moral da história: dois minutos após, veio a ordem de recolher. Ele conseguiu resolver o problema sem alterar a voz e sem fazer alarde. Isso mostra bem a capacidade de D. Helder na perspectiva da sua luta pela paz e de toda a sua missão a serviço do seu povo. Obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 16/4/2009.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.936/2008, do Deputado Wander Borges, que solicita à Secretaria de Transportes e Obras Públicas informações sobre o serviço de transporte remunerado de passageiros por meio de veículos ciclomotores e similares no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.954/2008, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita ao Tribunal de Justiça que seja informado o número de processos convertidos em perícias judiciais e o daqueles que aguardam a realização de perícia judicial, notadamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e nos Municípios mais populosos do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.052/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita ao Procurador-Geral do Estado que sejam informadas as providências tomadas pelo Ministério Público em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, no período entre 2001 e 2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria, no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.053/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita ao Secretário de Agricultura que sejam informadas as providências tomadas por esse órgão em relação às conclusões do relatório final da CPI que apurou, no período entre 2001 e 2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e na indústria, no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.534/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita à Defensoria Pública informações sobre o resultado da ação estratégica realizada nas cadeias municipais do Estado por um grupo técnico desse órgão, com relatórios referentes a cada estabelecimento visitado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.537/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita ao Subsecretário de Administração Prisional informações sobre a população carcerária dos estabelecimentos prisionais do Estado, com a relação dos presos em cada uma das unidades, especificando tipo de delito, pena, tempo de pena cumprido e situação prisional. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.538/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita ao Chefe da Polícia Civil informações sobre a população carcerária dos estabelecimentos prisionais do Estado, com a relação dos presos em cada uma das unidades, especificando tipo de delito, pena, tempo de pena cumprido e situação prisional. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.539/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita ao Defensor Público-Geral do Estado informações relativas às estatísticas sobre a defesa de presos realizada pela Defensoria Pública nas comarcas do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.540/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que solicita ao Subsecretário de Medidas Socioeducativas que seja informado o quantitativo de jovens que cumprem medidas de internação no Estado, seja em instituições especializadas, seja em cadeias públicas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.948/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços com relação a fraudes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 16/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 16/4/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apresentação, em audiência pública, de um balanço das emendas populares relativas às políticas de esporte, com a participação dos movimentos sociais que apresentaram propostas nas audiências públicas de revisão do PPAG 2008-2011, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/4/2009, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, com convidados, o funcionamento do programa "Nossa Horta", desenvolvido pelo Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu - Comupra - na Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/4/2009, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.541, 3.545 e 3.552/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 3.567/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.568/2009, do Deputado Rômulo Veneroso, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2009.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Gil Pereira, Leonardo Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/4/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 535/2007, do Deputado Leonardo Moreira, e 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.535/2008, do Deputado Ruy Muniz; 2.706/2008, dos Deputados Gilberto Abramo, Adalclever Lopes e Sávio Souza Cruz; 2.725/2008, do Deputado Délio Malheiros, 2.969/2009, do Deputado Leonardo Moreira, e 3.029/2009, do Deputado Irani Barbosa, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/4/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar relatório das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Rosângela Reis e Ana Maria Resende e o Deputado Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/4/2009, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre a Emenda nº 3 à Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007, dos Deputados Weliton Prado, Carlos Pimenta e Ronaldo Magalhães, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.023/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Zezé Perrella, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos do Município de Ressaquinha, com sede no Município de Ressaquinha.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.023/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos do Município de Ressaquinha, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade promover o desenvolvimento comunitário de seus moradores, visando à melhoria de sua qualidade de vida.

Com esse propósito, realiza obras de melhoramento, com recursos próprios ou obtidos por doação; desenvolve atividades nas áreas educacional, de saúde, esporte e lazer, em parceria com o poder público e com a população.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.023/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

2ª reunião ordinária da 3ª sessão Legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 7/4/2009

O Deputado Gil Pereira* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje ocupo esta tribuna para agradecer a visita, ontem, a Montes Claros, do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do nosso conterrâneo José Alencar, Vice-Presidente, do nosso querido amigo Aécio Neves, Governador de Minas, do Prof. Anastasia, Vice-Governador, do Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, de mais dez

Governadores que participaram da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene e também de 11 Ministros de Estado. Ontem tivemos a felicidade de inaugurar oficialmente a usina de biodiesel Darcy Ribeiro, prometida pelo Presidente em 2005. Ele cumpriu a sua palavra. A usina já está em funcionamento, o que está proporcionando muita alegria não só para o Norte mineiro, mas para todo o Estado de Minas Gerais, porque o biocombustível, além de trazer mais desenvolvimento para a região, também é hoje a fonte de energia menos poluente que possuímos.

Queremos também agradecer por outra conquista, obtida depois de muita luta na Comissão de Transporte. Quando assumi pela primeira vez a Presidência dessa Comissão, em 2003, eu e o Ministro dos Transportes, à época Anderson Adauto, fizemos no dia 21 de março a primeira audiência pública em Montes Claros para pedir a restauração, a reconstrução e a ampliação da BR-135 e do anel rodoviário da cidade. Depois de mais de uma centena de idas a Brasília para tratar somente desse assunto, ontem o Presidente Lula e o Ministro, Senador Alfredo Nascimento, ao qual agradeço publicamente, assinaram a ordem de início dessa importante obra, cujo valor é superior a R\$500.000.000,00. O trecho compreende da BR-040 a Montes Claros, passando por Curvelo, Corinto, Buenópolis, nossa querida Bocaiúva, Engenheiro Navarro, até chegar a Montes Claros. Somente agora teremos a revitalização dessa estrada, que foi construída em 1971.

Também agradecemos a ZPE, que há muitos anos estava engavetada. Foi assinada pelo Presidente Lula e beneficiará muitas cidades, entre elas a nossa querida Teófilo Otôni.

Além disso, agradecemos a reunião da Sudene, que transcorreu em clima muito agradável. Os Governadores, além de trabalhar, também confraternizaram. Fizemos nossas solicitações - nós, Deputados Estaduais e Federais, sempre com reivindicações. Levamos, mais uma vez, ao nosso Presidente, Lula, a maior reivindicação do Norte mineiro, que é a criação da Universidade Federal do Norte de Minas. Do Paralelo 18 para cima não temos universidades. Desse mesmo Paralelo para baixo, temos 12 universidades: concentradas no Sul de Minas, 3; na região Centro-Oeste, mais 3; na Zona da Mata, 2; no Triângulo, 2; e temos ainda a Unimontes, sem falar que o Presidente criou a Universidade do Vale do Jequitinhonha. Ainda assim, 174 Municípios precisam de atendimento. Então, o Presidente Lula novamente sensibilizou-se ao ver o Vice-Presidente José Alencar explicar muito bem a necessidade da criação dessa universidade.

Durante a reunião da Sudene, foi realizado um último pedido do Governador Aécio Neves ao Presidente Lula: que realmente fosse criada em Montes Claros e no Norte de Minas, Noroeste, Jequitinhonha e Mucuri a universidade federal, que seria um desmembramento da UFMG e do campus que já existe em Montes Claros.

Pedimos também ao Ministro Geddel a importante construção da Barragem de Jequitaí - programada há anos e que irá gerar 35 mil empregos diretos -, porque temos condições de irrigar 35.000ha sem usar energia, só por meio da força da gravidade, e isso é muito importante para a região. Estará próxima a Brasília, Belo Horizonte, Montes Claros e São Paulo. Realmente essa barragem será um grande projeto.

Da mesma forma, pedimos também ao Ministro Geddel a revitalização da Barragem de Congonhas. Esse projeto, que revitalizará o Rio Verde Grande e, por consequência, o nosso Rio São Francisco, está em suas mãos, assim como a licença ambiental e a ordem de início. O Ministro prometeu que analisará ainda neste mês de abril os pedidos relativos à construção das duas barragens na nossa região.

O Governador Aécio Neves levou como contribuição - além das obras do Processo que temos no Norte de Minas e Jequitinhonha, que serão concluídas este ano ou até, no máximo, o meio do ano que vem -, para ajudar a nossa indústria de biodiesel, uma fazenda da Epamig com o fim de incrementar tecnologia para que pequenos produtores possam produzir matéria-prima para a usina.

Foi uma reunião muito produtiva, em que foram enaltecidos os 50 anos da Sudene e a recriação dessa Superintendência tão almejada pelo Nordeste, por Minas Gerais e atualmente por parte do Espírito Santo. Foi o homenageado nosso Vice-Presidente, José Alencar, que mostrou a importância da Sudene e a primeira planta que ele fez, na década 70. Após a primeira planta, ele construiu mais 11 plantas em outros Estados. Em Minas Gerais, são quatro indústrias; há indústrias na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Santa Catarina. Ele pegou o financiamento única e exclusivamente para fundar a primeira usina têxtil em Montes Claros, em 1974, a Coteminas. As outras foram fundadas com recursos que ele levantou com essa bela indústria têxtil de Montes Claros. Assim, ele conseguiu construir um patrimônio para os trabalhadores de Minas e do Brasil. Hoje a Coteminas é internacionalmente conhecida. Essa homenagem ao nosso Vice-Presidente, José Alencar, foi feita pelo nosso Governador, Aécio Neves, e pelo nosso Presidente, Lula.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Caro Deputado Gil Pereira, gostaria de cumprimentá-lo porque, na verdade, a festa realizada em Montes Claros foi importantíssima para Minas Gerais e para o Brasil. Vocês, do Norte, estão de parabéns por aquela magnífica festa de 12 horas de duração, na qual os acontecimentos fluíram de forma tão significativa para Minas Gerais, produzindo resultados fantásticos para o Norte de Minas, para Minas Gerais e para todo o Brasil. O povo de Montes Claros está de parabéns, o Deputado Gil Pereira está de parabéns, assim como todos os Deputados do Norte de Minas.

Especialmente resalto, pois sei que V. Exa. tratará desse assunto, a decisão do Governador de atender um apelo feito aqui, por Deputados de todas as bancadas, relativo à criação de um fundo de desenvolvimento regional. Esta talvez tenha sido a decisão mais importante do Governador Aécio Neves, tomada ontem, em Montes Claros, a qual resgata o que a Codevale um dia foi para as nossas regiões mais pobres. Há uma verdadeira transformação do perfil econômico de Minas Gerais, com a decisão de aplicar um percentual nessas regiões mais pobres de Minas Gerais. Estive com vocês em Montes Claros o dia inteiro, a noite inteira, estou muito feliz e parabeno pela união os Deputados do Norte de Minas, sobretudo V. Exa., pela facilidade no trato que teve para conduzir muitos daqueles encontros com os Governadores, o Presidente e o Vice-Presidente. Cumprimento-o por sua facilidade de trato, sua atuação tão singela e tranqüila naquela oportunidade de 12 horas de festa em Montes Claros, uma festa da cidadania, da democracia, com a participação de colegas Deputados os mais diversos. Parabéns, Deputado Gil Pereira; parabéns, Montes Claros; parabéns, Norte de Minas.

O Deputado Gil Pereira* - Agradeço a você, Getúlio Neiva, que foi um dos precursores da ZPE que ontem nosso Presidente Lula assinou em Montes Claros. Sua presença lá enriqueceu muito a festa dos mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Gomes (em aparte)* - Deputado, parabeno-o por sua atuação em Montes Claros e em toda a região. Como o Deputado Getúlio Neiva acaba de dizer, tivemos em Montes Claros uma festa muito bonita, realizada durante todo o dia, com o Presidente Lula, o Governador Aécio Neves, vários Ministros e Governadores. Naquele momento, no X Fórum de Governadores do Nordeste, tivemos uma homenagem ao Presidente JK e uma merecida homenagem ao nosso Vice-Presidente, José Alencar, homem de fibra, homenageado por todos, de forma significativa, por sua luta e seu trabalho. Que tenha bastante saúde para continuar trabalhando por muitos e muitos anos!

Quero ressaltar aqui a importante inauguração da usina de biodiesel. Nós participamos. Em 2005 e 2006, realizamos naquela cidade audiência pública para discutir a respeito do biodiesel, sua produção e sua utilização. Foi importante saber naquele momento que há um combustível não poluente que vai gerar vários empregos diretos na região, assim como empregos indiretos, alcançando também aproximadamente 20 mil agricultores familiares, em sua produção, gerando emprego e renda.

Parabéns ao Presidente Lula, parabéns a todos os Deputados pela atuação, parabéns à bancada do Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Gil Pereira* - Eu é que agradeço, Deputado Carlos Gomes. Realmente, a sua presença enriqueceu muito o encontro, assim como a de todos os parlamentares, não só os da região, mas também os que fazem parte da base do governo do Presidente Lula. Ficou demonstrado que as questões partidárias têm de ficar fora da atuação administrativa.

Como o Deputado Getúlio Neiva disse - tema que deixei para tratar por último -, sobre o fundo de desenvolvimento que o Governador criou ontem na cidade de Montes Claros, realmente o dia 6 de abril vai ficar marcado. Nunca tivemos o privilégio de ter um Presidente da República igual ao Presidente Lula, que esteve lá ontem com o Vice-Presidente, José Alencar - que podemos dizer ser um filho da terra -, o Governador Aécio Neves, todos os Governadores do Nordeste e 11 Ministros de Estado.

Realmente, foi uma festa muito bonita, com inaugurações e homenagens a homens públicos, como Darci Ribeiro, que deu nome à usina de biodiesel. Darci Ribeiro foi um educador, uma pessoa que pensou além das fronteiras.

Foram várias homenagens. Como já muito bem foi dito, que Deus dê muitos anos de vida e muita saúde ao grande brasileiro José Alencar e ao Presidente Lula, que têm feito um belo trabalho pelo nosso país! Da mesma forma, ao Governador Aécio Neves, considerado o Governador mais popular, com maior índice de aprovação, o que muito nos orgulha! Por isso ficamos muito satisfeitos em falar por Montes Claros.

Queremos parabenizar também o Prefeito Luiz Tadeu Leite e sua equipe, que tão bem receberam as autoridades na cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a esta tribuna para fazer uma reflexão sobre um dia muito importante: o Dia Mundial da Saúde, celebrado neste 7 de abril. É importante fazer uma reflexão sobre o diagnóstico da saúde no mundo.

Certamente nós, no Parlamento, os poderes constituídos, além de refletirmos, devemos buscar materializar ações para melhorar a saúde do ser humano em todo o mundo. Este dia tem um lema escolhido a cada ano, e o deste ano é "Salvar vidas, hospitais seguros em situações de emergência". Esse é o lema sobre o qual devemos refletir. Trata-se de um tópico muito importante exatamente, porque vai permitir um amplo debate.

Quero aqui discutir saúde baseado primeiramente no conceito de que saúde é um estado de bem-estar sob o aspecto e sob as dimensões biopsicossociais: "bio" por estar ligado à parte orgânica, do organismo; "psico", referência à nossa mente; "social", o cenário da nossa existência com dignidade, além do cultural, talvez até mais: do transcendental. Então, abordar saúde é abordar a existência humana em todas as suas dimensões.

Seremos um pouco pessimistas, ao fazermos o diagnóstico da situação atual da saúde no mundo. Vejamos alguns dados: 2 bilhões de pessoas do globo terrestre, cuja população já ultrapassa 6 bilhões, não têm acesso a medicamentos e a assistência médica digna; 0,3% estão em países ricos, que têm acesso a medicamentos e assistência à saúde, enquanto 80% estão na África e não têm assistência. Vemos, por exemplo, que no Japão a expectativa de vida é de 85 anos; na África, em tese, essa expectativa cai para 50 anos; em Zâmbia, na África, é de 40 anos; uma criança nascida em Lisoto, outro país da África, tem expectativa de 42 anos de vida. Como se vê, realmente há disparidade entre as condições de países ricos e pobres.

Temos aqui outros dados. Na Suécia, 1 em cada 17.400 mulheres tem chance de morrer durante a gravidez ou no parto; no Afeganistão, 1 em cada 8; na Europa, 1 em cada 700; na África, 1 em cada 6. Ou seja, no tocante à mortalidade de mulheres grávidas ou durante o parto também há disparidade. A Organização Mundial de Saúde - OMS - explica essas injustiças sociais que acontecem no mundo por meio da chamada desproporção 10 por 90. Isso significa dizer que 90% dos recursos mundiais da saúde são consumidos ou gastos com os 10% mais ricos e que 10% dos recursos mundiais são gastos com os 90% mais pobres.

O conceito de saúde está, sobretudo, ligado à economia, à dignidade humana, àquilo que a Revolução Francesa pregou, como liberdade, direito à vida, fraternidade e igualdade de oportunidades. Portanto, do ponto de vista da equidade, há grande injustiça social em relação à saúde dos seres humanos nos diversos territórios do mundo.

Vejamos algumas estatísticas do IBGE: 40% da população sofre injustiça social, em razão das condições socioeconômicas, da pobreza. Isso está diretamente ligado aos fatores que determinam a saúde do povo, aos indicadores sociais, como educação, moradia, condições de trabalho, emprego e renda, além de aspectos ambientais, como o cuidado com a natureza, que é propriamente a ecologia, o cuidado e a distribuição das pessoas demograficamente em condições dignas, que seria a ecologia social, o equilíbrio social baseado na economia de cada país. O fator é, portanto, socioeconômico, porque não há como bancar a saúde, se não houver uma distribuição de renda mais igualitária.

O Brasil, como um país em desenvolvimento, apesar dos múltiplos esforços do Presidente Lula e dos políticos bem-intencionados, ainda convive com muitas dificuldades, com problemas de educação, com esses fatores, indicadores sociais, que precisam ser mais bem observados.

Está provado, segundo as estatísticas, que, no caso de uma mulher com até o terceiro ano de educação, há três vezes mais chance de perder a vida, ou de o seu filho perder a vida, em relação àquela classe que é mais aquinhoadada. O problema não é apenas o fator de renda "per capita", mas a distribuição de "renda per capita", que pesa nessa circunstância.

No Dia Mundial da Saúde, temos de refletir sobre isso - o próprio IBGE. E também sobre o orçamento da saúde, que tanto discutimos aqui, Deputado Adelmo Carneiro Leão, grande batalhador e defensor da justiça social, assim como eu. Ficamos entristecidos, quando percebemos tudo que já percorremos, desde 1500, do descobrimento, até hoje, mas o Brasil ainda vive e convive com tantas injustiças sociais. Então é hora de falar sobre isso, no Dia Mundial da Saúde.

Em 2007, tivemos um orçamento de R\$43.000.000.000,00 para a área de saúde - não temos ainda os números de 2008, porque ele fecha em abril. Aqueles recursos foram em época em que havia a CPMF, mas que eram desviados da área da saúde. Então, não temos uma taxa específica para fazer frente à saúde dos brasileiros. Essa situação é muito triste. Aí compete ao Congresso Nacional refletir e fiscalizar; enfim, a todos nós, a todas as mãos, a todos os parlamentos, a união em torno da saúde, da dignidade do ser humano. Já fizemos muitas incursões para arranjar um imposto, definir um percentual para a saúde, como acontece com a área da educação; porém isso não aconteceu porque o Congresso Nacional ainda está bastante indiferente a essa situação. No País, a saúde não é prioridade.

Em 2007, o Brasil pagou, de juros da sua dívida externa, R\$120.000.000.000,00, enquanto o orçamento da saúde foi de R\$43.000.000.000,00. Vejam que disparidade. E houve também o pagamento do tal "spread", que diagnosticaram agora, que foi um mundo de dinheiro. Isso foi pago aos bancos, o que fortaleceu não só os bancos internacionais, mas também os nacionais. O Congresso Nacional tem de fiscalizar isso tudo.

Há necessidade de infra-estrutura no País, mas ela precisa de ações do governo. Essa infra-estrutura está, principalmente, ligada ao esgoto, uma vez que apenas 30% dos brasileiros têm esgoto - relativamente ao esgoto tratado, nem sei qual é o percentual. Vejam bem, pois isso é sério. Trata-se da principal fonte de doenças, contaminação, e da causa de mortalidade infantil. Conforme as estatísticas, onde há pouco esgoto, morre mais criança no primeiro ano de vida.

Estamos sempre falando do tratamento de água. O nosso colega e companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão esteve na Funasa, conhece bem a matéria e sabe da indiferença dos governos. Parece que a questão não desperta a atenção dos governantes, talvez por se tratar de obras que, muitas vezes, estão debaixo do chão. Mas tudo isso é importante para a nossa ecologia; temos muitos problemas com o lixo.

Há ainda os fatores de segurança, com a violência que está grassando por aí; e o uso das drogas, para o qual não há controle. Tudo isso contribui para a nossa insegurança, fora as situações em que as injustiças sociais geram a predominância de agressões e dificuldades, quando o ser humano reage de outra forma, muitas vezes praticando homicídios. Portanto é a hora de fazer o diagnóstico de tudo isso. No Brasil, melhoramos, sim, em relação aos dois últimos governos, do Fernando Henrique e do Lula. Nossa mortalidade infantil hoje está na casa de 20 para cada 1000 nascidos até o primeiro ano de vida.

A mortalidade infantil da Argentina é de 14 para cada mil nascidos até o primeiro ano de vida, e a da Costa Rica é de 11 para cada mil. Então, por que o Brasil não pode melhorar nesse aspecto? Estamos perdendo para quase todos países da América do Sul. Isso é responsabilidade que tem de ser compartilhada com o povo.

O Parlamento, que são os olhos e os ouvidos do povo, que convive com essa situação, tem de tomar uma atitude. Não podemos, como sempre disse aqui, ou melhor, o Parlamento já não pode verificar verdades e necessidades e ficar inerte diante das leis que são elaboradas. Ele tem de fazer valer, partir para as ações.

Neste Dia Mundial da Saúde, precisamos refletir, fazer uma verdadeira comunhão em torno da melhora de vida do nosso povo e da saúde do ser humano. É aí que passamos a analisar o SUS, isto é, esse projeto ambicioso do SUS, que tem de ser regulado cada vez mais, exatamente quando pensamos que isso está na Constituição e que é direito do cidadão e dever do Estado. O mundo está precisando de regulação, não só na saúde, ainda mais agora, depois que capotou o sistema do jogo, essa espiral de cassino que virou a economia mundial, comandada pelo neoliberalismo. Aliás, aqui no Brasil e no mundo inteiro convivemos com esse predomínio.

Quando falo de partido político, penso que todos eles são neoliberais na prática, porque vestimos a camisa-de-força do sistema. Mas, agora, vamos frear e, quem sabe?, teremos regulação.

Tenho mais 1 minuto para terminar e dizer que o nosso PSF foi um grande avanço. Temos a certeza de que, com a formação do médico, inspirada no sistema inglês, no sistema bolchevique e no sistema de Cuba, teremos um médico cujo foco estará voltado para a família e a existência das pessoas, isto é, bem-formado.

Já houve um grande avanço. O Presidente Lula tem colocado algum dinheiro, mas ainda é muito pouco. Aqui em Minas Gerais não tenho dúvida de que avançamos muito mais em relação ao Brasil e em termos de PSF e de medicamento, mas todos os Estados ainda têm de fazer um esforço conjunto perante o Ministério. O dinheiro para saúde é muito pouco, e o PSF é um grande avanço para a saúde preventiva, para diminuir a mortalidade infantil. No entanto, as atividades assistenciais ainda deixam muito a desejar, e precisamos, cada dia mais, fazer com que a Emenda nº 29 seja votada no Congresso, para que ela seja exigida em todos os Estados. Ou talvez buscar outros mecanismos, porque, sem dinheiro, não há como se fazer saúde. Os médicos ficam frustrados, e a população, cada vez mais agredida, com a insegurança da própria vida.

Compete a este Parlamento desenvolver ações, haja vista que agora a judicialização da saúde já foi proposta pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão na nossa Comissão, mas ainda falta fazê-la valer. Do contrário, esse assunto será sempre discutido nas audiências públicas sem que se consiga resultado algum.

Neste dia, fica registrada a nossa intenção de materializar uma saúde melhor para o nosso povo. Obrigado.

O Deputado Fábio Avelar* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público da galeria, telespectadores da TV Assembleia, rapidamente gostaria de abordar três assuntos. Começarei falando sobre a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da BR-040, que será lançada no próximo dia 29 de abril e que contou com o apoio da grande maioria dos Deputados desta Casa.

Pretendemos, junto à Comissão de Transporte desta Assembleia, fazer um trabalho de levantamento das obras emergenciais necessárias, dos pontos críticos e, também, realizar um esforço concentrado para que se inicie a duplicação da BR, de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, nos trechos que ainda não foram duplicados, ou seja, em cerca de 170km.

Nossa Frente Parlamentar tem, então, o objetivo de lutar pelas obras identificadas como emergenciais, já com foco na duplicação da rodovia. Essa Frente estará bem estruturada: vai contar com o apoio da Frente Parlamentar da Engenharia, idealizada pelo nosso colega Eng. Juarez Távora e também instalada recentemente, na última segunda-feira, com a presença importante de representantes de todo o segmento da engenharia, da arquitetura e da agronomia. Assim, o trabalho que faremos será realizado em conjunto com a Frente Parlamentar da Engenharia, com a Comissão de Transporte desta Casa e com a Comissão de Transporte do Congresso Nacional, com a qual já tivemos alguns contatos para tratar desse assunto. Sabemos que o processo de duplicação de uma rodovia como essa demanda um grande tempo de maturação. Por isso, é preciso haver um esforço contínuo para identificar as ações necessárias e para acompanhar a execução do projeto. Já fomos procurados por representantes da imprensa de todas as cidades a que essa obra vai atender. A repercussão está sendo muito positiva, e assim esperamos a presença, no dia 29, aqui, de representantes de todas as cidades localizadas ao longo da BR-040, no trecho citado.

Outro assunto, não menos importante, que gostaria de lembrar é o referente ao Aeroporto da Pampulha. Com grande satisfação, vimos a veiculação pela mídia, no último fim de semana - na sexta-feira, no sábado e no domingo -, da notícia de que a Anac teria informado ao Governador Aécio Neves que a iniciativa de trazer de volta os grandes vôos para a Pampulha já tinha sido totalmente descartada. Nossa satisfação foi muito grande, até porque nossa luta iniciou-se em 2003, Deputado Adelmo, quando aqui instalamos a primeira Comissão dos Aeroportos, em que estudávamos a possibilidade de revitalizar o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, tendo em vista as deficiências que o Aeroporto da Pampulha apresentava já àquela época. Além disso, àquela época seriam disponibilizados para a recuperação do Aeroporto da Pampulha cerca de R\$300.000.000,00, e já entendíamos que seria jogar dinheiro fora. Por isso, nós nos engajamos nessa luta e conseguimos, evidentemente com o total apoio da equipe do governo Aécio Neves, promover a transferência definitiva dos vôos para o Aeroporto de Confins e, em seguida, também por meio de um compromisso firmado pelo governo de Minas com as principais lideranças do setor, realizar grandes obras de apoio que visavam facilitar o acesso àquele aeroporto. Registro neste ponto a implantação da obra da Linha Verde, já concluída e inaugurada, a qual foi um avanço muito grande. Assim, para todos nós, essa questão dos aeroportos já estava definitivamente resolvida quando fomos surpreendidos, ao final de 2007, com uma nova iniciativa da Anac de autorizar que grandes vôos voltassem a ser feitos na Pampulha, com aeronaves de grande porte, contrariando a Portaria nº 993/2007, que restringia a operação no Aeroporto da Pampulha a aeronaves de pequeno porte, com capacidade igual ou inferior a 50 passageiros, desde que a aeronave também fosse turboélice.

Então, no final do ano passado, foi divulgado pela mídia que, para atender interesses de grupos econômicos - na época, foi citado que a Azul Linhas Aéreas pretendia implantar os vôos por meio dos aeroportos centrais -, a Anac estudava essa possibilidade. Tivemos informações de que esse assunto estava praticamente acertado e esses vôos se iniciariam em janeiro deste ano. Prontamente o Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, após a veiculação dessas notícias, apresentou requerimento, e foi instalada nesta Casa uma nova Comissão dos Aeroportos, que mais uma vez constatou, principalmente depois da revitalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, que o Aeroporto da Pampulha não comportava mais a operação de aeronaves de grande porte. Essa foi a conclusão da nossa Comissão, e, a partir daí, tomamos todas as providências junto aos órgãos responsáveis do Estado, do Município e da União. Mandamos cópia do nosso relatório e dos requerimentos que foram aprovados. A propósito, gostaria de ressaltar dois requerimentos: um consistiu em encaminhamento ao Ministério Público Federal de sugestão para que propusesse medida cautelar, tendo em vista o iminente risco no entorno do Aeroporto; e outro referia-se a uma solicitação à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à Secretaria de Meio Ambiente em relação ao processo de licenciamento ambiental do Aeroporto da Pampulha, que até hoje opera sem o devido licenciamento. Estivemos com o Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, e entregamos pessoalmente ao Dr. Alceu, Procurador-Geral, uma cópia do relatório, também pedindo providências do Ministério Público Estadual, em conjunto com o Ministério Público Federal, para que fosse evitada ali qualquer ação com vistas a retornar essa atividade para a Pampulha. Fomos prontamente atendidos pelo Ministério Público Federal e tivemos um contato com a Secretaria de Meio Ambiente, solicitando providências urgentes, com a realização do processo de licenciamento. Também, de pronto, a Secretaria nos informou que a Infraero já tinha sido notificada para apresentar o Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCE - àquela Secretaria. Após o protocolo da Semad, a Infraero seria automaticamente convocada para assinar um termo de ajustamento de conduta.

Todas essas ações foram feitas, e, com essa notícia agora, acreditamos que o assunto está resolvido. Mas acho que devemos ficar atentos, porque, na última semana, mesmo depois de veiculada a notícia de que a Anac já não implantaria esses vôos, tivemos uma resposta da Infraero à Secretaria de Meio Ambiente informando que já havia solicitado o processo de licenciamento operacional corretivo à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, portanto deixaria de atender à demanda da Secretaria. Prontamente a Secretaria respondeu à Infraero nos seguintes termos: "Em resposta ao ofício supramencionado, encaminhado por esta Superintendência solicitando informações sobre a competência para a análise de licenciamento do processo de Licença de Operação Corretiva - LOC - do Aeroporto de Belo Horizonte, vimos esclarecer que o mesmo é de competência da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais - Semad -, e o seu licenciamento, por meio do órgão municipal, não exime a Infraero dessa obrigação. O referido empreendimento, pelo seu porte e potencial poluidor, enquadra-se na classe VI, segundo a Deliberação Normativa do Copam nº 74/2004, e seus impactos extrapolam o Município, afetando toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Informamos ainda que, por meio de entendimento com a Prefeitura de Belo Horizonte, essa questão ficou devidamente esclarecida, restando à Infraero proceder ao seu licenciamento no âmbito estadual. Desta forma reafirmamos nossa solicitação registrada em nosso Ofício nº 11/2009, desta Secretaria". Convocou, então, aquela instituição a apresentar o seu licenciamento corretivo.

Então são essas as ações que foram tomadas. Estamos acompanhando-as e, na próxima semana, apresentaremos um requerimento por meio da nossa Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, solicitando ao Presidente desta Casa que peça à Anac um posicionamento formal sobre a questão. Dessa maneira, teremos condições de fazer a divulgação por meio de um documento formal dessa agência, tendo em vista que, até o momento, a Comissão não recebeu resposta nem informação formal alguma sobre a questão. Essas são as minhas ponderações sobre o aeroporto.

Gostaria de dizer, como meu último assunto a ser abordado nesta tarde, que terminamos de aprovar, na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas desta Casa, um requerimento em que se solicita a realização de uma audiência pública sobre o novo Anel Viário de Contorno Norte da RMBH. Esse assunto já é recorrente nesta Casa. Quando apresentamos aqui, para a apreciação dos colegas Deputados e Deputadas, o nosso relatório da primeira Comissão dos Aeroportos, já sentíamos, naquela época, em 2003, a necessidade da implantação desse novo anel, conhecido como rodoanel, que era uma rodovia que se iniciaria em Sabará - nas imediações do Distrito de Ravena - e passaria por Santa Luzia, Vespasiano, pelas proximidades de cerca de 3km do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, por Pedro Leopoldo, pelas proximidades do Ceasa, por Contagem, e sairia em Betim. Então seria uma obra de 64km, sem nenhuma obra-de-arte de maior vulto, simples de ser realizada, com investimento previsto, naquela época, da ordem de R\$600.000.000,00 a R\$700.000.000,00, a qual que teria uma fundamental importância na estratégia de revitalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Desde 2003, esse processo vem sendo debatido nesta Casa. No final do ano passado, até apresentei requerimento para a criação de uma comissão especial, a fim de que se debruçassem sobre essa questão e fosse apresentado a todos nós um relatório das ações necessárias e, evidentemente, um acompanhamento delas. Fui procurado pela Mesa, que me informou que essa comissão não seria instalada, tendo em vista que já haviam sido veiculadas pela imprensa informações de que o processo de licitação dessas obras teria sido iniciado. Então a comissão não foi instalada; todavia o que ocorreu, de lá para cá, é que não obtivemos mais informação alguma.

Em 2007, foi realizada uma grande audiência pública em Pedro Leopoldo, quando fomos informados sobre o processo de licitação, o que seria feito, os prazos e os principais obstáculos. Depois não tivemos mais notícia. Por meio da imprensa, obtivemos informações de que havia ainda problemas relativos ao processo de licenciamento ambiental. Por outro lado, havia informações informais de que, na realidade, o que havia era falta de recursos para a implantação do empreendimento.

Nesse sentido, aprovamos esse requerimento na Comissão de Transporte, para que tenhamos condições de fazer uma avaliação da situação e verificar, na realidade, o que está acontecendo, a fim de que todos nós, Deputados, principalmente os da RMBH, acompanhem essa importante obra - aliás, ela servirá de apoio como uma obra de infra-estrutura muito importante dentro do contexto de revitalização do Aeroporto Tancredo Neves.

Já concluindo, Sr. Presidente, esperamos contar com a participação de todos os Deputados, para que tenhamos condições de aprofundar a questão e, a partir daí, fazer os devidos encaminhamentos, por entender que essa obra hoje é imprescindível para o processo de revitalização como um todo da nossa malha aérea estadual, tendo em vista a revitalização do Aeroporto Tancredo Neves e também o ousado plano de recuperação, por meio da equipe do governo Aécio Neves, da nossa malha aérea regional, que tem, como o Aeroporto da Pampulha, o nosso portal de entrada no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, essas são as minhas ponderações. Agradeço-lhe a oportunidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de abordar o assunto que me traz a esta tribuna, gostaria de registrar a presença neste Plenário da comissão dos servidores administrativos da Polícia Civil, acompanhando os trabalhos. Tivemos hoje o cancelamento de uma reunião ordinária da Comissão de Segurança Pública que contaria com a presença do Dr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe de Polícia Civil. Trago, a pedido dessa Comissão, a solicitação de que a pauta de reivindicação dos servidores administrativos, que cumprem um papel importante no sistema de segurança pública, seja devidamente analisada e que, na próxima reunião ou na próxima visita, com a presença dessa Comissão, os servidores administrativos tenham um posicionamento mais nítido do governo do Estado sobre as suas legítimas e justas reivindicações. Então, quero agradecer, mais uma vez, a presença de vocês e reiterar, em nome da Bancada do PT e do PCdoB, a nossa solidariedade, aliás requisitando também a cópia desse documento que foi entregue ao governo do Estado.

Dito isso, Sr. Presidente, abordarei de maneira coletiva e unificada uma questão que nos tem preocupado muito. Trata-se do conjunto de políticas públicas em Minas Gerais direcionadas para a infância e juventude. Na semana passada realizamos uma audiência pública da Comissão

de Participação Popular para tratar das emendas populares aprovadas por esta Casa no ano passado ao Plano Plurianual e ao Orçamento do Estado, bem como para estabelecer uma agenda de trabalho para 2009; aliás, essa reunião contou com a presença da Deputada Gláucia Brandão, nossa representante no Conselho Estadual da Criança. Os movimentos sociais relacionados com a área da criança e da adolescência estiveram presentes, e alguns assuntos ficaram muito nítidos como prioridades para 2009.

A primeira questão - aliás a Assembleia está tratando dela - diz respeito às políticas de educação. Não há nenhum país, nenhuma sociedade, nenhuma região, que se desenvolva do ponto de vista humano e econômico sem o aporte universal e qualitativo da educação em todos os níveis. Quando verificamos, por exemplo, o nível de aproveitamento e rendimento de alunos do Estado de Minas Gerais que frequentam o ensino médio público, isso nos traz reflexões e preocupações. Ainda estamos muito distantes de um rendimento adequado. Quando verificamos o número de analfabetos em nosso Estado - aproximadamente 1.800.000 -, ficamos ainda mais preocupados. Quando identificamos em algumas regiões a distorção entre idade e série, percebemos a importância do apoio e do reforço escolar, do acompanhamento social, do esforço em fazer com que o aluno permaneça na sala de aula.

A evasão escolar ainda é muito alta em nosso ensino público e gratuito, seja o fundamental, seja o médio, e neste é agravada. Ainda não temos o devido apoio do Estado às instituições de ensino superior públicas, particularmente a Uemg; não temos ainda a universalização do acesso ao ensino infantil. Os desafios são múltiplos. É por isso que a Assembleia está fazendo todo esforço nas audiências públicas que tratam do Plano Decenal de Educação, traduzido num projeto de lei que tramita na Casa. Portanto, estabelecer uma política pública de educação convergindo os esforços dos governos federal, estaduais e municipais é a melhor forma de promover direitos e oportunidades para crianças e adolescentes em nosso Estado.

Além desse eixo fundamental da educação, há situações de vulnerabilidade que precisam ser enfrentadas. Uma delas diz respeito ao trabalho infantil. É verdade que o índice de trabalho infantil diminuiu no Estado, mas é verdade também que, proporcionalmente à riqueza produzida, infelizmente, Minas Gerais ainda está na frente nessa situação, em relação a Estados menos desenvolvidos economicamente. Ainda existe trabalho infantil nos lixões. Por isso a Assembleia aprovou uma emenda popular que destina aproximadamente R\$300.000,00 à erradicação do trabalho infantil.

É fundamental que haja um verdadeiro mutirão envolvendo a sociedade, os órgãos públicos, as Prefeituras, para que assinem um termo de compromisso visando ao combate ao trabalho infantil, um termo de adesão a essa bandeira tão civilizada e necessária. Minas Gerais deve colocar no seu horizonte de curto prazo a erradicação do trabalho infantil. Lugar de criança é na escola, é com a família. Que tenha formação educacional adequada para que, de acordo com lei, tenha oportunidade de inserção no mercado de trabalho, aproveitando em plenitude seus dons e sua vocação por meio da qualificação profissional e acadêmica que desejar.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, temos ainda milhares de casos de violência doméstica, de crimes praticados contra crianças e adolescentes. Essa é a outra prioridade da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, referendada em audiência pública. Com o apoio de todos os partidos, conseguimos aprovar emenda de minha autoria que cria, na lei de organização do Judiciário, a vara especializada no julgamento de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Não adianta estimular a denúncia se depois ela não for rigorosamente apurada e o infrator não for penalizado. Se a denúncia cai no vazio, o infrator ameaçará quem o denunciou e reincidirá no ato violento praticado. Por isso é muito importante fazermos essa vara especializada funcionar, para que aquela pessoa que cometa atos de violência e pratique crimes contra crianças e adolescentes seja devidamente penalizada.

Outro ponto fundamental é a crescente participação da sociedade civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, na eleição e organização dos Conselhos Tutelares e no fortalecimento dos mecanismos de controle social.

Em 2009, teremos a realização das Conferências Municipais da Criança e do Adolescente, da conferência estadual e da nacional. É importante que elas definam suas prioridades em cada Município mineiro, em cada região mineira, para que sejam efetivamente incorporadas aos planos plurianuais que cada Município aprovará no segundo semestre em suas respectivas Câmaras, para serem executados entre os anos de 2010 e 2013. Não adianta termos um bom plano de trabalho, uma boa conferência, políticas desejadas, se não forem estabelecidos nas leis orçamentárias. Por isso, organizar e cobrar do Poder Executivo local e estadual o efetivo cumprimento das leis orçamentárias é uma obrigação de todos nós, onde quer que estejamos, na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Também temos um desafio que talvez mobilize ou chame mais atenção da mídia e da sociedade, que diz respeito às medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais. Enganam-se aqueles que consideram o Estatuto da Criança e do Adolescente omissivo nessa situação. Pelo contrário, o Estatuto prevê a aplicação de medidas socioeducativas a todos aqueles jovens que cometam atos infracionais, até com a medida de internação para infração mais grave.

Lamentavelmente, com o avanço do tráfico de drogas em nosso país, mudou o perfil do ato infracional cometido pela maioria dos jovens. Antes da década atual - final dos anos 80, anos 90 -, a maior parte desses atos eram furtos; hoje, a maioria refere-se direta ou indiretamente a uso e tráfico de drogas, muitas vezes seguido de homicídio. Portanto, esses jovens têm a medida mais dura aplicada, é a internação. Porém, temos um estrangulamento, uma ausência de vagas em Minas Gerais para que esses jovens cumpram essa medida.

No ano passado, havia previsão no Orçamento de construção de quatro centros socioeducativos para o cumprimento da medida de internação. Infelizmente, pouco mais de 1,4% do valor destinado a essa ação, constante no projeto estruturador de atendimento às medidas socioeducativas - de R\$21.000.000,00, apenas R\$299.000,00 -, foram executados. Temos de identificar e acelerar as ações do Poder Executivo nessa questão, sejam as ações vinculadas ao setor de obras, ao Deop, sejam as vinculadas à própria Secretaria de Defesa Social. Já tive oportunidade de discutir esse assunto diretamente com o Secretário Maurício Campos Júnior. É fundamental, aliás, para que os Centros de Internação Provisória - Ceip - cumpram o seu papel de abrigamento temporário enquanto a medida socioeducativa é aplicada. Avançamos, sim, no ano passado, com a conquista do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA-BH -, mas é necessário que, com a agilização da medida aplicada, haja espaço para o cumprimento dessa medida. Pena que isso não aconteça: gera-se superlotação nos Ceips, o que resulta no acirramento das relações entre os internos e, até, assassinato deles, como se registrou este ano no Ceip Dom Bosco, no Horto, e no Ceip São Jerônimo.

Primeiramente, gostaria de dizer que essa audiência pública estabeleceu uma agenda de trabalho da Frente Parlamentar, da Comissão de Participação Popular, e que vamos estar atentos e continuar o monitoramento da execução do Orçamento Criança e Adolescente do Estado de Minas Gerais. Estaremos auxiliando e também cobrando, porque criança e adolescente são prioridade absoluta não apenas na Constituição, mas também no coração e na mente de cada um daqueles que têm responsabilidade com o País, com as famílias e, principalmente, com o ser humano. Existem muitas crianças e jovens morrendo precocemente ou não se realizando efetivamente como um ser sujeito de direitos, de sonhos e de oportunidades em nosso Estado. Convoco desta tribuna cada militante da área da criança, da assistência, em cada região mineira, para que possamos, neste ano, em cada Município, inserir efetivamente políticas públicas de atenção às crianças e aos adolescentes nos orçamentos municipais e também nos planos de ação que cada Câmara aprovará no segundo semestre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras parlamentares e senhores parlamentares, telespectadores da TV

Assembleia, preparei um tema hoje, porque é o Dia Mundial da Saúde. Gostaria de dizer alguma coisa sobre esse dia, mesmo não tendo nada a festejar - o que temos são muitas queixas. Trouxe até uma manchete que diz mais que qualquer pronunciamento que façamos aqui e que simboliza, lamentavelmente, em nosso país, o Dia Mundial da Saúde. Apesar do esforço que o governo do Estado e a Secretaria de Saúde têm feito para melhorar a situação da área em Minas Gerais, com obtenção de êxito em vários setores, a situação é grave em razão da não-regulamentação da Emenda nº 29, em Brasília, pelo governo federal. Mas, como fui avisado de que meu tempo, Sr. Presidente, está muito exíguo, deixarei esse assunto para a próxima reunião.

Apenas vou-me dedicar ao cumprimento que devo fazer à Corregedoria da Polícia Federal em Minas Gerais, por ter aberto um inquérito contra o Delegado Federal Protógenes Queiroz, que participou, em Poços de Caldas, cidade em que resido há muitos anos, da última campanha eleitoral para Prefeito. Ele chegou na cidade investido do cargo de policial federal e participou de uma campanha político-partidária, manifestando apoio ao seu candidato e fazendo promessas em nome da instituição que ele representa, a Polícia Federal, uma instituição extremamente respeitável no nosso país e merecedora de todos os nossos cumprimentos. Por essa razão, Sr. Presidente, ficou, na cidade de Poços de Caldas, uma dúvida extremamente pertinente: será que um Delegado da Polícia Federal, no uso das atribuições de seu cargo, tem o direito, tem condições de participar de uma campanha eleitoral, de uma campanha partidária, indo a comícios, à televisão, fazendo propaganda de seu candidato, sem se licenciar do seu cargo? Hoje obtivemos uma resposta, dada de forma cabal pela Corregedoria da Polícia Federal em Minas Gerais, que abriu um inquérito contra esse policial. Era isso que queria dizer, Sr. Presidente, rapidamente, cumprimentando, portanto, com ênfase, a Corregedoria da Polícia Federal do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

*** - Sem revisão do orador.**

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/4/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlin Moura

exonerando, a partir de 14/4/09, Adriana Aparecida Teixeira Martinez do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

exonerando Carolina Leite Praça do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Inácio Franco

exonerando Alfeu Silva Mendes do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Ibrahim Arcanjo Campos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Alfeu Silva Mendes para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2008

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 5/5/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global mensal, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de mão-de-obra para realização de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e TV – DTV da ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alteração no item relativo à habilitação do edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a aquisição de medicamentos, material médico-hospitalar e odontológico, a sessão pública virtual fica adiada para as 14h15min do dia 30/4/2009.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 4/5/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global por lote, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de "softwares".

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, no horário das 8h30min às 17h30min, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC Táxi Aéreo S.A. Objeto: fretamento de aeronave. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701.2-009.3.3.90.39. Licitação: Pregão Eletrônico nº 103/2008.

ERRATAS

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/4/2009, na pág. 50, col. 1, após o item VII - Recomendações e antes da Minuta de Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007, acrescente-se o seguinte:

"Sala das Comissões, 2 de abril de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Fábio Avelar - Jayro Lessa."

No final do texto, na pág. 51, col. 2, excluam-se a data e as assinaturas.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 14/4/2009, na pág. 50, col. 3, no "caput" do art. 14, onde se lê:

"Art. 14 - Ficam vedadas, enquanto esta lei não for regulamentada, a aprovação e implantação de novos empreendimentos e atividades nas Serras da Moeda e da Calçada, bem como a expansão dos empreendimentos e atividades já implantados, ressalvadas:", leia-se:

"Art. 14 - Ficam vedadas, enquanto esta lei não for regulamentada, a aprovação e a implantação de novos empreendimentos e atividades nas Serras da Moeda e da Calçada, bem como a expansão dos empreendimentos e das atividades já implantados, ressalvados os casos de processo de licenciamento de qualquer natureza em tramitação nos órgãos públicos e ainda:".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembleia verificada na edição de 15/4/2009, na pág. 61, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Weliton Prado", onde se lê:

"Cochrane Manoel Cândido de Araújo" , leia-se:

"Cóchrane Manoel Cândido de Araujo".